





ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE GILBUES

CNPJ: 06.554.216/0001-85

iii) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório; iv) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuals, entrega inferior a 50% (cinquent por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os produtos ou serviços forem entregues fora das específicações constantes do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA; 16.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §99).

16.3 – A aplicação das sanções previstas neste contrato neo exclu, em importo de alemando a COMTRATANTE (art. 156, §9º).
16.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
16.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);
16.4.2 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
16.4.3 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

competente.

competente.

competente.

competente.

competente.

competente.

competente.

contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §19):

a)

a natureza e a gravidade da infração cometida;

b)

as peculiaridades do caso concreto;

c)

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d)

os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e)

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

orgãos de controle.

16.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tiplficados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

pugados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito proceamentar e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

16.8 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

16.9 — O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

16.10 — As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CAUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 — As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência,

17.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
18.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

ura Municipal de Gilbués – PI | CNPJ: 06.554.216/0001-85 oaquim N Paranaguá, nº SN, Centro, Gilbués, Piauí, Brasil ilbues.pi.gov.br



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE GILBUES

Praça Joaquim N. Paranagua, SIN - CERRIO - CL., CNPJ: 06.554.216/0001-85



Página 32 de 33

18.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a 16.3 — Registros que hao caracterizam anteração do contrato podem ser realizados po celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA — DOS CASOS OMISSOS

19.1 — Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA — SUBCONTRATAÇÃO

20.1 — É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando a CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros 20.2 — É permitida a subcontratação de bens/serviços de natureza acessória e instrumental, pelos quais a CONTRATADA

manter-se-á integralmente responsável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.
 21.2 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei
- 21.3 Para dirimir as questões deste Contrato fica eleito o foro de (Gilbués Pl. E por estarem assim acordes, assin: presente Contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Gilbués - PI, XX de XXXX de 2024

ASSINATURAS		
PELA CONTRATANTE		PELA CONTRATADA \${assinatura_fornecedor}
Amilton Lustosa Figueredo Filho Prefeito Municipal		
TESTEMUNHAS		
NOME:	NOME:	
CPF:	CPF:	
Prefeitura Municipal de Gilbués – Pl CNPJ; 06.554.216/0001-85 Praça Joaquim N Paranaguá, nº SN, Centro, Gilbués, Piauí, Brasil		

Página 33 de 33

Id:073843CD117E193A

PREF. MUNICIPAL DE MILTON BRANDÃO

DECRETO Nº 334 , DE 24 DE ABRIL DE 2024 - LEI N.212

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MILTON BRANDÃO, no uso de suas atribuições

Artigo 10.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 400.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 04 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

 12.365.0302.2090.0000
 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

 3.3.90.39.00
 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

 500
 Recursos não Vinculados de Impostos

 200
 001

 Educação 25%
 200.000,00 F.R.: 1 500 00

02 11 00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

100.000,00 F.R.: 1 600 00 to Federal - Bloco de Manuten

 10.301.0109.2071.0000
 IMPLEMENTO TEMPORÁRIO PARA CUSTEIO DA SAÚDE - E

 3.3.90.30.00
 MATERIAL DE CONSUMO

 00
 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo

 99
 314

 EMENDA PARLAMENTAR
 100.000,00 F.R.: 1 600 00 to Federal - Bloco de Manuter

Artigo 20.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12.361.0278.1089.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCI 400.000,00 44.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 544 00 Recursos de Precatórios do FUNDEF PRECATÓRIOS FUNDEF

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON BRANDÃO, 24 de abril de 2024

FRANCISCO EVANGELISTA RESENDE

Id:0B6214362A1C19E1

PREF. MUNICIPAL DE MILTON BRANDÃO

01612590/0001-76

DECRETO Nº 335, DE 24 DE ABRIL DE 2024 - LEI N.212

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MILTON BRANDÃO, no uso de suas atribuições

Artigo lo.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 50.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0109.1038.0000 CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE 44.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES Transferência Especial da União EMENDA PARLAMENTAR 706 999 314

Artigo 20.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

02 04 02 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12.361.0278.1089.0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCI -50.000,00 44.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 544 00 Recursos de Precatórios do FUNDEF PRECATÓRIOS FUNDEF

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON BRANDÃO, 24 de abril de 2024

FRANCISCO EVANGELISTA RESENDE CPF:182.336.003-34 Prefeito Municipal

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais